Resenha

Humanitarian Reason. A moral history of the present

Didier Fassin

University of California Press

Berkeley/Los Angeles, 2012, 336 p.

Eventos catastróficos contemporâneos (terremotos, tempestades, guerras, epidemias, incêndios) combinam sentimentos morais ambíguos em relação à tragédia da destruição e ao *pathos* da assistência humanitária, como, por exemplo, a compaixão em relação ao sofrimento alheio e a celebração da solidariedade empreendida por Estados, agências humanitárias internacionais, organizações não governamentais. A própria ambiguidade desses sentimentos converte-se em força motriz de mobilização de recursos e pessoas em torno de causas internacionais nesses momentos efêmeros, porém repetitivos, de consternação pública. No livro *Humanitarian Reason*, Didier Fassin, professor de ciências sociais desde 2009 do Institute for Advanced Study de Princeton, nos apresenta essa paisagem moral carregada de oximoros, paradoxos e ambivalências, presente nas mais variadas regiões do mundo, onde a expressão “compaixão repressiva” não soa absurda. Do território francês às zonas de guerra no Oriente Médio, passando pela Venezuela e a África do Sul, o autor apresenta nesse livro os resultados de pesquisas conduzidas nos últimos vinte anos. Difícil encontrar um fio condutor para todas essas realidades e narrativas díspares. A felicidade do autor foi justamente tornar esse emaranhado de objetos compreensível a partir de uma problemática e agenda de pesquisa: a investigação do funcionamento da razão humanitária e da transformação do sofrimento e da compaixão em recursos políticos. Boltanski (1993), em estudo pioneiro sobre a figura do sofrimento no Ocidente, já havia demonstrado o potencial de agência e mobilização coletiva dessa linguagem. Fassin, contudo, enfrenta o desafio de (re)pensar a razão humanitária em uma chave diferente de Boltanski, não restringindo seus efeitos aos efeitos de discurso, superando inclusive a oposição entre representações e práticas.

Um objeto difícil de apreender e carregado de valores políticos e sentimentos morais solicita do cientista social colocar sua própria posição moral e política em questão. Como o autor afirma, a antropologia do governo

humanitário está epistemologicamente e também moralmente imbricada com seu objeto; há uma relação de espelho entre pesquisador e militante, entre envolvimento e distanciamento. Contudo, ao analisar o governo humanitário, o antropólogo não pode se deixar levar pelas inúmeras avaliações e denúncias morais que o cercam, acusando quer de cinismo quer de boa ou má fé os agentes e as agências devotadas ao assistencialismo internacional. É preciso adotar uma postura mais analítica, perguntando-se como o governo humanitário opera e quais foram as condições de possibilidade de sua emergência e predomínio nas políticas das últimas décadas. A observação participante permite ao autor descrever cenas circunscritas, localizando narrativas e argumentos dentro de quadros de enunciação, e, sobretudo, as hesitações e os paradoxos vivenciados pelos agentes envolvidos no governo humanitário, suas convicções e dúvidas, seus pontos cegos e sua lucidez, seus preconceitos e sua reflexividade.

A primeira parte do livro trata do funcionamento da razão humanitária no interior do território francês nas duas últimas décadas em relação aos denominados “grupos vulneráveis”: “jovens das periferias”, “desempregados e trabalhadores precários”, “imigrantes *sans-papiers*”, refugiados políticos. O primeiro capítulo, sugestivamente denominado “Sofrimento desvelado” [*Suffering Unveiled*], apresenta a “invenção”, pelo Estado francês, do sofrimento psíquico vivenciado por “jovens excluídos da periferia de Paris” (outra categoria inventada, feita com o auxílio de cientistas sociais), que a partir de então cria uma nova política social: os lugares de escuta e os centros de atendimento psicológico para que esses mesmos jovens possam expressar seus problemas. Com a constituição de lugares estatais de escuta, surge nos anos 1990, segundo Fassin, uma nova problematização da questão social na França, enquadrada pelas categorias de exclusão e sofrimento psíquico. A principal condição de possibilidade de produção dessa nova configuração semântica da questão social é a transferência da autoridade de um corpo de profissionais e de saberes, a saúde mental, para a arena política.

Essa reconfiguração da questão social na França fica ainda mais evidente no natal de 1998, quando o governo francês lança um programa de ajuda financeira extra para famílias pobres e com dificuldades para se manter. O simbolismo que cerca essa medida de ajuda financeira é marcante: a distribuição de um bilhão de francos em forma de “bolsas emergenciais”, quando várias manifestações de desempregados e trabalhadores precariamente empregados pululavam por toda a França. Para distribuir esse montante, o governo adotou uma medida inusitada e, nos termos do

autor, patética: a escolha trágica de quem era mais necessitado e de quem mais merecia os recursos escassos oferecidos por um Estado que enxugava suas políticas de seguridade social. O dinheiro, portanto, não seria alocado para todos que estavam desempregados; os requerentes deveriam expor e comprovar sua pobreza em um texto justificando seu pedido, buscando palavras que poderiam comover seus leitores. É na interação com a burocracia de nível da rua, para utilizar um termo consagrado de Michael Lipsky, que as decisões e as escolhas foram feitas entre ajudar alguns em vez de outros. O encontro virtual entre os membros do comitê de alocação dos recursos e os requerentes ausentes do lócus de decisão, mas representados por suas próprias cartas, é, portanto, a situação etnografada pelo autor que permitirá desvendar uma das facetas desse governo humanitário que reconfigurou a questão social na França: a saber, o poder discricionário nas mãos dos trabalhadores sociais e das agências de ajuda humanitária. Contudo, essa discricionariedade da decisão não equivale a uma justiça anômica, muito pelo contrário, é o jogo com o excesso de normas, sua multiplicidade, que permite ao comitê alocar, de acordo com as contingências e a arbitrariedade, os recursos escassos. Decisões paradoxais são tomadas, como, por exemplo, os sem-teto que não conseguem obter a ajuda por não terem gastos fixos [aluguel, conta de luz etc.], elevando assim o cálculo de sua renda per capita. Além disso, a veracidade do testemunho é testada a todo momento; quando os documentos não batem com o relato, a confiança é quebrada e o requerente desqualificado.

Ainda que os critérios não tenham sido divulgados anteriormente, as pessoas sabiam como seriam avaliadas, pois possuíam um conhecimento prático adquirido nos contatos cotidianos com os serviços sociais. Ao escrever a solicitação, as pessoas tentam convencer moralmente o comitê de que elas merecem ser ajudadas, para isso precisam eliminar a distância física e social entre eles, recorrendo a uma humanidade comum. Fassin sistematiza quatro figuras retóricas utilizadas pelos requerentes em suas cartas para esse fim: a necessidade, a justiça, o mérito e a compaixão.

A invasão da compaixão e outros sentimentos morais na esfera pública também se evidenciam quando o autor aborda os trânsitos entre fronteiras, seja ao estudar a necessidade de atestado médico de doença grave para a concessão de direitos de moradia e cidadania a imigrantes ilegais, seja ao estudar a exigência de comprovação clínica de perseguição política aos refugiados que buscam asilo no país. Ambas as operações são produzidas pelo saber médico, que tem o corpo como lócus de veracidade. No caso

do refugiado político, a palavra do requerente, o testemunho e a história do país de origem não são mais suficientes para provar a necessidade do asilo. Só as marcas do corpo podem dizer se aquela pessoa foi ou não vítima de perseguição política e/ou tortura. Ambas as operações dessa razão humanitária também revelam mudanças mais amplas na economia política nas últimas décadas. No período de reconstrução da Europa no pós-guerra, o imigrante era desejado enquanto força de trabalho, agora não mais. O corpo saudável era valorizado, como bem demonstrou Abdelmalek Sayad (2004), citado pelo autor; agora, pelo contrário, é o corpo doente e marcado que traz a esperança de reconhecimento da cidadania ao estrangeiro.

Nos capítulos 3 e 4, “Protocolo da compaixão” e “Provas da verdade”, o autor explora as ambivalências e hesitações nas tomadas de posição dos médicos das agências humanitárias em relação a essas políticas. Fatores os mais variados influenciam a decisão do médico de participar ou não na elaboração de laudos, de conceder ou não um atestado positivo em relação à solicitação do requerente. Dentre eles, destaque para as convicções políticas, as avaliações éticas, os deveres deontológicos e os regulamentos profissionais. E nesse jogo de micropoderes, fatores morais e afetivos desempenham um papel por vezes determinante. Nas palavras de um médico entrevistado por Fassin: “Quanto mais tempo você gasta com uma pessoa, maior sua tendência a dizer sim” (:105). A empatia conta a favor. Nessas consultas, portanto, o médico não julga somente a saúde do requerente; entra em jogo também a habilidade retórica de convencimento e sensibilização, além das qualidades propriamente relacionais dos imigrantes e refugiados.

Na segunda parte do livro, o autor analisa o funcionamento do governo humanitário no mundo. As situações descritas são as mais diversas, permitindo visualizar a abrangência do deslocamento da moral em direção à esfera pública internacional. Em sua pesquisa sobre a AIDs na África do Sul, o autor descreve a entrada de três representações da infância na arena pública, a “criança doente”, a “criança violada” e a “criança órfã”. A imagem da inocência das crianças modificou a representação moral e política da AIDs, já que não se podia culpabilizar, nesse caso, a vítima de seu próprio infortúnio: a responsabilidade é deslocada para o comportamento imprudente dos pais e, sobretudo, para as decisões políticas inapropriadas do governo de Thabo Mbeki no final dos anos 1990, que demorou para introduzir programas de tratamento capazes de reduzir as taxas de transmissão do vírus de mãe para filho. A representação das crianças doentes produzirá uma moralização dos debates sobre a doença na África do Sul e, como consequência, uma escala

do que é mais ou menos legítimo defender, hierarquizando prioridades políticas: “A moralização de uma causa tende efetivamente a dar origem à discriminação moral entre o que pode ser mais ou menos legítimo defender [...]. Os testemunhos colhidos de mulheres com AIDs e observações da prática em hospitais sugeriu que a compaixão com as crianças tem como corolário a perda de interesse ou ainda a crueldade para com as mães” (p. 10). Em relação à representação da criança estuprada, os efeitos são ainda mais perversos e paradoxais: a obliteração da violência sexual cotidiana no país. Ao iluminar os casos extremos e bárbaros de violência, cometidos por pessoas que podem ser vistas como psicopatas e doentes, produz-se um efeito reconfortante, afastando e exteriorizando a maldade para longe de casa. Por fim, o tratamento hiperbólico do estupro de crianças deriva de uma abordagem do exotismo racialista, que essencializa determinados traços culturais que caracterizariam a África do Sul como uma “sociedade de estupradores”, sobretudo entre os homens negros: a promiscuidade sexual, a tradição, o mito de que a virgindade purifica a doença. A violência sexual é essencializada em termos culturais, ignorando, segundo o autor, as condições históricas e políticas de sua reprodução. A terceira representação da infância, a das crianças órfãs, por sua vez, superestima o impacto da doença nas famílias sul-africanas. As taxas de orfandade e, sobretudo, de crianças que vivem sem a presença dos pais são constantes na história da África do Sul, mesmo antes da epidemia da AIDs nos anos 1990. Segundo o autor, somente uma abordagem histórica, política e econômica seria capaz de dar conta desse fenômeno. Crianças são criadas por avós ou tias há muitas gerações porque seus pais precisam trabalhar em minas, fazendas e fábricas distantes de casa, residindo em acampamentos que não oferecem condições para o abrigo dos filhos. São, portanto, as desigualdades estruturais, as migrações em busca de trabalho, a alta mortalidade masculina devido ao assassinato e à violência recente, e não somente a doença, que produzem a situação de crianças órfãs e não cuidadas pelos pais. A figuração da criança doente pode se converter facilmente na representação da criança perigosa, um bandido potencial produzido pelo trauma e sofrimento. Nas palavras de um sociólogo criminalista sul-africano, citado pelo autor: “A perda de pais com HIV/AIDs pode aumentar a vulnerabilidade emocional da criança. Crianças que perdem um pai com AIDs sofrem a perda e a dor como qualquer outro órfão. Contudo, sua perda pode ser exacerbada pelo preconceito e a exclusão social. Isto é, a vergonha, o medo e a rejeição que frequentemente circundam pessoas portadoras do vírus HIV pode criar um estresse e um isolamento

maior para a criança [...]. Tais fatores podem ter diversas consequências nos níveis de crimes e vitimização” (:177). Aqui, a compaixão encontra sua outra face, a repressão, e a ajuda humanitária pode ser conduzida lado a lado com uma política de segurança.

O casamento entre humanitarismo e repressão é evidenciado ainda mais nas situações de guerra e conflitos armados pelo mundo. Fassin realizou pesquisa em agências humanitárias em dois conflitos contemporâneos: a atuação da organização *Médicins sans frontières* no conflito entre Israel e Palestina no período da Segunda Intifada e durante a guerra promovida pelos EUA no Iraque. No conflito Israel e Palestina, o autor se interroga sobre as transformações no estatuto de testemunha operadas no interior das agências humanitárias, principalmente aquelas decorrentes da introdução do léxico próprio da psiquiatria e da psicologia. Novas subjetividades políticas foram produzidas nessa interação em zonas de conflito. O testemunho dos psicólogos mesclará aspectos característicos da testemunha ocular, o *testis* em latim, que seria uma terceira pessoa imparcial que só relata aquilo que conseguiu ver e observar com os próprios olhos, com aqueles do testemunho do sobrevivente, *superstes*, que descreve aquilo que ele mesmo experimentou. Ao se ver como porta-voz das vítimas, o agente da ajuda humanitária registra os testemunhos na fala da compaixão, descrevendo corpos, feridas e sofrimentos. A escuta converte-se na atividade principal do trabalho de psiquiatras e psicólogos, já que os diagnósticos e os tratamentos são impossíveis em situações precárias de atendimento durante uma guerra. O importante aqui não é, portanto, o evento que ocorreu, mas o que as pessoas sentiram e ainda sentem do evento, que precisa ser vocalizado para ser registrado. A figura do *martyr*, do jovem que dá testemunho não pela palavra, mas pela ação, que se sacrifica em prol de uma luta – como o caso de jovens palestinos que atiravam pedras, expondo-se às armas israelenses – é transformada, a partir do relato dos psicólogos, na figuração de um jovem frágil, imaturo e vulnerável, que sofre com um distúrbio psíquico: a enurese. A mobilização de recursos e pessoas nos países ricos para a ajuda humanitária em torno dessa figura vulnerável é muito mais fácil, pois assentada na compaixão, do que a mobilização em torno da figura do jovem agressivo e destemido que atira pedras no exército israelense. O autor enfatiza que todas essas figuras de testemunho estão em disputa no próprio interior das agências humanitárias, sendo muito menos homogênea do que se imagina.

Fassin consegue, nas mais variadas situações de pesquisa, se engajar enquanto militante e manter a crítica e reflexividade das ciências sociais. Sua

pesquisa é reflexo desse duplo vínculo que mantém com a academia e também com as agências internacionais. Fassin, médico de formação, atuou durante quatro anos como dirigente dos *Médicins sans frontières*. No Brasil, onde a dupla vinculação do pesquisador é constantemente reivindicada e exigida, a leitura dessa obra de Fassin poderá suscitar um debate mais consistente sobre as diferentes modalidades de relação entre as ciências sociais e as agências estatais e não estatais e sobre a posição política e moral do antropólogo nas mais variadas situações de campo. Além disso, abre-se uma agenda de pesquisas sobre a lógica de funcionamento do “governo humanitário” em nossa política interna em relação aos migrantes, aos jovens usuários de crack, aos jovens envolvidos com o crime organizado, entre tantas outras figurações contemporâneas da questão social brasileira. Os sentimentos de compaixão não estão aqui também mesclados com uma política de segurança pública extremamente repressiva?

Nicolau Dela Bandera*

Referências

BOLTANSKI, Luc
(1993) *Souffrance à distance. Morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Métailie.

SAYAD, Abdelmalek
(2004) *The suffering of the imigrant*. Cambridge: Polity.

Recebido em
fevereiro de 2013

Aprovado em
julho de 2013

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (São Paulo/Brasil) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. E-mail: nicolaudelabandera@gmail.com